

Credores querem acordo logo

Bancos pedem acerto flexível ao FMI, com medo de não receber atrasados

O receio de não receberem os atrasados de US\$ 500 milhões da dívida externa brasileira que se acumulam desde julho, nem os US\$ 1,6 bilhão de juros que vencem na sexta-feira e nem o que vencer até a posse do próximo presidente da República está levando os banqueiros credores a pressionar o Fundo Monetário Internacional (FMI) a acertar "rapidamente um acordo mais flexível com o Brasil". A informação foi concedida ontem no Rio por Joel Korn, vice-presidente senior do Bank of America no Brasil, segundo maior credor privado da dívida brasileira, com créditos de US\$ 3 bilhões, dos quais US\$ 1 bilhão com prazo de pagamento inferior a um ano.

Segundo Korn, um brasileiro que está no Bank of America há 18 anos, os banqueiros temem que o próximo governante brasileiro se negue a pagar esses atrasados, alegando que são de responsabilidade do governo anterior. E mais: com otimismo, ele avalia que só no segundo semestre de 1990 será possível concluir um acordo com o próximo governo, o que elevaria para US\$ 11 bilhões os atrasados, só de juros, até que o Brasil eventualmente volte a pagar seus débitos. Essa preocupação Jol Korn diz estar levando aos principais candidatos à Presidência, em conversas reservadas. "E tenho en-

contrado boa ressonância entre eles", afirma, negando-se a identificar os candidatos com os quais tem conversado.

Desde a centralização do câmbio, em julho, o Bank of America já acumula atrasados acima de US\$ 200 milhões, aí incluídos créditos tomados junto a grupos de bancos por ele liderados ou isoladamente. Essa perda, porém, vem sendo compensada com sua atividade no Brasil. Há um ano, o Bank of America comprou o controle acionário do Multi-Banco Internacional de Investimento S/A, em uma operação de conversão de dívida, no valor de US\$ 20 milhões.

Ontem, Korn anunciava orgulhoso os primeiros resultados do Multi-Banco: só no primeiro semestre apresentou um retorno

equivalente a 20% do seu patrimônio líquido, segundo ele, concentrando sua atuação em operações de exportação e importação, que lhe dão excelente faturamento na cobrança de taxas de repasse. Outras operações de conversão da dívida em investimento interessam ao segundo maior credor do Brasil, "desde que os projetos se situem acima de US\$ 50 milhões", avisa Joel Korn.

Segundo ele, a pressão dos banqueiros sobre o FMI para concluir rapidamente um acordo com o Brasil intensificou-se depois do fracasso das negociações, na semana passada, entre o diretor da Área Externa do Banco Central, Armin Lore, e o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio

Amaral, com o comitê de bancos credores. Os banqueiros chegaram a propor a liberação de dinheiro novo — a parcela de US\$ 600 milhões em atraso —, desde que o governo brasileiro zerasse os atrasados. Mas os negociadores brasileiros não concordaram, porque o Brasil teria de retirar US\$ 1,5 bilhão de suas reservas cambiais, já que os atrasados somam US\$ 2,1 bilhões.

ADIAMENTO

O presidente do Conselho de Administração do ABN Bank (maior banco da Holanda e 47º do mundo, segundo a revista *The Banker*), Conrad Oort, disse ontem, em São Paulo, que "é natural" o adiamento de um acordo definitivo do País com os bancos credores, até a posse do novo presidente da República, em março.

Conrad, que fala com a autoridade de ex-presidente da Federação de Bancos da Comunidade Econômica Europeia, afirmou também que "a prioridade número 1" do Brasil no relacionamento com os credores deve ser a negociação e não a moratória unilateral. Ele informou que, hoje, os bancos internacionais mudaram de atitude em relação a países que não fazem parte do Primeiro Mundo. Conrad exemplificou citando o caso da União Soviética de Mikhail Gorbatchev. Em outros tempos, disse, os bancos não teriam medido esforços para inundar a URSS de dólares. "Aprendemos a lição da América Latina e o fluxo de recursos dos bancos para a União Soviética, agora, é mais lento e cuidadoso".



Oort, presidente do ABN Bank: prioridade deve ser negociação

Carlos Rennó/AE